

Santa Casa da Misericórdia de Amarante

# Relatório e Contas

Ano 2025





Aprovado pela Mesa Administrativa em  
16/02/2026

Aprovado em Assembleia Geral de  
21/03/2026

*[Handwritten signature]*  
\_\_\_\_\_  
*[Handwritten signature]*  
\_\_\_\_\_  
*[Handwritten signature]*  
\_\_\_\_\_  
*[Handwritten signature]*  
\_\_\_\_\_  
*[Handwritten signature]*  
\_\_\_\_\_

*[Handwritten signature]*  
\_\_\_\_\_  
*[Handwritten signature]*  
\_\_\_\_\_  
*[Handwritten signature]*  
\_\_\_\_\_



# 1. Nota Introdutória

## 1.1. Missão

A Missão da Santa Casa da Misericórdia de Amarante (SCMA) é a prestação de cuidados individualizados e personalizados em meio institucional e domiciliário a indivíduos e famílias que, por motivo de doença, idade, deficiência ou outro, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas actividades de vida diária básicas e/ou actividades de vida diária instrumentais e/ou actividades de lazer. Pretende ainda responder às expectativas dos Utentes, familiares, colaboradores, voluntários e comunidade em geral.

## 1.2. Visão

Promover a resposta social de forma sustentada, integrado numa rede de parceiros sociais, dando resposta às necessidades sentidas pela comunidade envolvente. Ser um modelo de referência enquanto instituição. Aproximar pessoas através da consolidação de afectos, do desenvolvimento humano e da valorização do indivíduo e da Qualidade dos serviços prestados.

## 1.3. Valores

- **Humanização:** Colocamos as pessoas em primeiro lugar, proporcionando cuidados e apoio com compaixão e empatia.
- **Respeito:** Respeitamos a dignidade e os direitos de cada indivíduo, promovendo uma cultura de inclusão e diversidade.
- **Igualdade:** Trabalhamos para garantir que todos tenham acesso igualitário a serviços de qualidade, independentemente de sua origem ou condição.
- **Ética:** Atuamos com integridade, transparência e responsabilidade em todas as nossas ações e decisões.

## 1.4. Corpos Gerentes Quadriénio 2023-2026

ASSEMBLEIA GERAL	MESA ADMINISTRATIVA
Albano Quintino Granja Tamegão (Presidente)	José Augusto da Silva Silveira (Provedor)
Isabel Cristina Alves Costa (Secretária)	Manuel Dias Teixeira (Vice-Provedor)
Clara Joaquina C.S. Montenegro (Secretária)	Norberto Ribeiro da Costa (Tesoureiro)
Rui Luís Melo Canossa Moreira (Suplente)	Rui Pedro Barreira Morais (Secretário)
José Francisco Rodrigues (Suplente)	Octávia Manuel Rocha Morais Clemente (Vogal)
Maria Teresa Pinto S. Teixeira (Suplente)	Armando Moura Maia (Vogal)
CONSELHO FISCAL	Mário Pinheiro Pinto Costa (Vogal)
Luís Rua Van Zeller Macedo (Presidente)	António José Moura Ferreira (Suplente)
Paula Rute Pinheiro Augusto (Vogal)	Rute Cláudia Carneiro Teixeira Pinto da Silva (Suplente)
José Pereira Montenegro Soares (Vogal)	Olívia Glória Monteiro Pinto (Suplente)
José Maria Moreira Duarte (Suplente)	
Albino Pinto Costa (Suplente)	
Lino Manuel Santos Macedo (Suplente)	



## 2. Relatório de Atividades do Exercício de 2025

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Amarante apresenta, em cumprimento do seu Compromisso, o relatório de atividades e contas referentes ao ano de 2025.

Mais um ano vencido em que o rigor e transparência que tem norteado a Mesa Administrativa asseguraram a estabilidade necessária para dar resposta às necessidades dos nossos concidadãos, melhorando a sua qualidade de vida, minorando o seu sofrimento e apoiando as suas famílias.

Mais um ano em que a Santa Casa da Misericórdia de Amarante se adaptou aos novos tempos e se modernizou perante novos desafios.

Somos uma instituição parceira do Estado e promotora de bem-estar social com, pelo menos, 496 anos de história. Temos orgulho desses 496 anos, mas a nossa missão obriga-nos a olhar com todas as nossas capacidades para o presente e para o futuro.

O que temos feito é, cumprindo a nossa Missão, olhar à nossa volta e procurar dar o máximo de respostas através de prestação de diversos cuidados individualizados e personalizados em meio institucional e domiciliário.

Assim, concluímos mais um empreendimento de Cuidados Continuados que vem alargar a resposta na área da saúde. Não entrou em funcionamento no ano em apreço, mas serviu para que nele se prestassem, temporariamente, os serviços da Estância Nossa Senhora da Piedade até ao mês de maio enquanto decorriam as obras de requalificação deste edifício. Ao mesmo tempo iniciaram-se as negociações para assinatura dos contratos programa ao abrigo do PRR para a Unidade de Convalescença (com abertura em Fevereiro de 2026) e Paliativos com previsão de abertura para março 2026. Aguardamos a receção dos valores de 1.304.100,00€ e 937.710,00€, respetivamente, a título de subsídios ao Investimento pelo PRR. Iniciou-se também em 2025 o recrutamento de pessoal para estas respostas.

Estas Unidades vêm responder às necessidades da população, minorar o sofrimento e obter verdadeiros ganhos em saúde através da prestação de cuidados de elevado nível



de qualidade e humanização. Contribuímos para aumentar o acesso dos cidadãos aos cuidados continuados integrados, diminuir os tempos de espera de referenciação e de admissão na RNCCI e aumentar a coesão nacional em termos de oferta destes cuidados.

Ainda na área da saúde mantivemos uma ocupação a rondar os 100% na UCCI de Longa Duração e Manutenção, o que nos proporcionou alcançar bons resultados nestas respostas que contribuíram significativamente para o resultado que é apresentado. Registamos, ainda, a faturação de cerca de 19.000,00€ na nova UCC S. Gonçalo, resultado da disponibilização de 30 camas à ULS Tâmega e Sousa para fazer frente ao elevado número de internamentos e episódios de urgência verificados nos últimos dias do ano naquela unidade hospitalar.

Os nossos lares continuam com uma lista longa atingindo as 300 inscrições, daí resultando que a capacidade das instalações estivesse sempre no máximo de ocupação. Como já referido, atentos às necessidades da nossa comunidade propusemos no último orçamento a construção de mais uma ERPI com a capacidade para 60 camas.

O serviço de apoio domiciliário respondeu ao protocolo assinado com a Segurança Social.

O Serviço de internamento psiquiátrico teve igualmente uma prestação positiva, muito superior ao ano anterior, tendo sido efetuadas melhorias no edifício ao nível do telhado, fachadas, portas e janelas.

O programa PESSOAS-2030, com distribuição indirecta através de cartões para utilização em superfícies comerciais aderentes e distribuição direta ao domicílio, manteve-se durante o ano com o apoio mensal a cerca de 700 beneficiários, abrangendo todo o concelho. Foi igualmente mantida a distribuição de refeições ao abrigo do PEA, (Programa de Emergência Alimentar), estes dois programas com protocolo com o Instituto da Segurança Social. Mantivemos a distribuição de cabazes alimentares a custo da instituição em complemento aos programas já indicados, bem como o fornecimento de refeições extra protocolo. Com a distribuição dos cabazes no Natal atribuímos prendas a 64 crianças até 10 anos de idade.

Gerimos o Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia assim como as nossas obrigações ligadas à Igreja, abrangidas pelo Compromisso.

Mantivemos ativo o banco de empréstimo de camas articuladas e cadeiras de rodas a título gratuito.



Os serviços da cozinha e lavandaria responderam a todas as necessidades com eficiência tendo-se confeccionado 259.375 refeições, número que não inclui a alimentação entérica, e lavado mais de 330 toneladas de roupa.

No plano de investimentos foram concluídas as obras na Estância Nossa Senhora da Piedade, efetuadas com capitais próprios. Sempre atentos à abertura de candidaturas ao abrigo do PRR, fomos contemplados com a aprovação de um contrato programa no valor de 872.981,43€.

Olhamos para o nosso património e cuidamos pela sua manutenção e requalificação. A dimensão dos nossos edifícios e equipamentos, alguns com necessidades de manutenção mais profunda, além de pequenas reparações, originou um gasto de cerca de 118 mil euros.

A atualização do Salário mínimo nacional exigiu mais uma vez uma especial atenção para as tabelas salariais que se mantiveram acima dos valores acordados com os sindicatos. Tal decisão motivou, em conjunto com o aumento do número de colaboradores, um acréscimo dos gastos que superou muito a taxa de inflação, tendo sido apurado um aumento relativamente ao ano anterior de 8,88%, correspondendo a cerca de 388 mil euros.

Os nossos colaboradores usufruíram de oportunidades de aprendizagem necessárias para melhorar o seu desempenho tendo sido ministradas 4.142 horas de formação contemplando 96% dos colaboradores.

A nível de estágios verificou-se um aumento expressivo do seu número, englobando 115 projetos num total de 26.886 horas. Estes estudantes integraram diversas áreas, nomeadamente Enfermagem (78), Técnicos Auxiliares de Saúde (16), Fisioterapia (11), Animação Sociocultural (1), Terapia Ocupacional (4), Gerontologia (2), e outras áreas (3). Colaboramos com 12 entidades, 8 das quais são Universidades e Institutos politécnicos. Continuamos, assim, a proporcionar experiências práticas enriquecedoras aos formandos, contribuindo para a formação de profissionais capazes e adaptados às necessidades da vida ativa e trazer para a instituição novas competências e conhecimentos da área científica que possam contribuir para a melhoria e eficiência dos serviços que prestamos.

Os resultados da avaliação realizada aos utentes refletem uma satisfação globalmente positiva relativamente aos serviços prestados. De forma geral, as respostas



indicam que os utentes valorizam a relação com as colaboradoras realçando o seu desempenho e disponibilidade nos serviços que lhe são prestados.

Relativamente aos familiares dos utentes, os resultados evidenciam uma evolução favorável entre 2024 e 2025. Destacam-se as pontuações nas categorias de Organização, Equipamento, Direitos e Colaboradores, com um alto nível de satisfação.

A satisfação dos nossos Parceiros continua no nível 100, resultado que destaca a eficácia das parcerias estabelecidas.

Os rendimentos tiveram, relativamente ao ano anterior, um aumento de 7,18% correspondendo a cerca de 534 mil euros, atingindo o valor de 7.977.201,60€ e as despesas registaram um aumento de 8,10% correspondendo a cerca de 536 mil euros, com um valor total de 7.162.444,46€.

É de referir que estes valores ficaram aquém do orçamentado, justificados pela não abertura da nova Unidade de Cuidados Continuados.

O ano de 2025 encerrou com o resultado líquido de 814.757,14 €

Para este resultado ressalta a atividade da Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração e Manutenção que contribuiu com cerca de 41%, mesmo suportando o prejuízo da UC S. Gonçalo. A Administração, que inclui as rendas dos imóveis arrendados, contribuiu com 19%, as ERPIS e SIP com cerca de 39%.

Os investimentos atingiram o valor de 1.623.050,33€ sendo o saldo dos investimentos em curso de 74.491,30€.

O técnico oficial de contas teve durante o ano o acompanhamento do Revisor Oficial de contas da Kreston & Associados – SROC Lda. Representada pelo Dr. Pedro Morais dos Santos.

Muitos se lembrarão da campanha “somos feitos do mesmo coração” que foi lançada no mês de agosto que, a par de se comemorarem os 496 anos da Misericórdia, teve como objetivo espalhar um gesto coletivo de cuidado, um apelo à paz, ao respeito e à ternura que queremos que exista nas nossas estruturas e ver crescer à nossa volta.

A campanha demonstrou que a Santa Casa da Misericórdia de Amarante tem a capacidade de mobilizar a comunidade através de mensagens simples e universais. No terreno, os cartazes e cartões inspiraram reflexões que se traduziram em mensagens e comentários autênticos que reforçaram a imagem da Santa Casa como instituição próxima, humana e inspiradora. Digitalmente, alcançou resultados expressivos, com



crescimento de seguidores, 65.211 visualizações, 29.686 pessoas alcançadas e 6.555 interações— tudo de forma orgânica. O verdadeiro valor da campanha não se mede apenas em números, mas no facto de ter ligado a Santa Casa ao coração da comunidade, cumprindo plenamente o propósito que lhe deu origem.

Terminamos, resumindo, que a Santa Casa da Misericórdia de Amarante tem cumprido com os seus deveres de apoio social e de saúde, sem descuidar a capacidade para cumprir com os compromissos assumidos, apresentando um rácio de liquidez geral de 8,25 e de autonomia financeira de 96,52%.

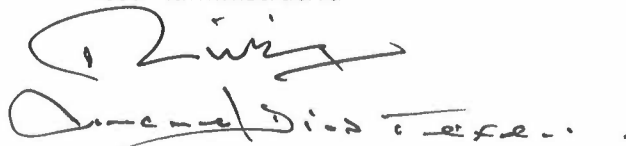
Face ao exposto, propomos:

- \* Que seja aprovado o relatório e contas do ano de 2025;
- \* Que o resultado líquido de 814.757,14€ euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados;
- \* Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores pelo seu desempenho ao longo do ano.

A todos os que nos acompanharam ao longo do ano o nosso obrigado.

Santa Casa da Misericórdia de Amarante, 16 de Fevereiro de 2026

A Mesa Administrativa







## 3.5. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

Exercício de 01-01-2025 a 31-12-2025

**1. Identificação da entidade****1.1. Denominação da entidade.**

A entidade tem como denominação social Santa Casa da Misericórdia de Amarante e é identificada com o NIPC 500843082.

**1.2. Lugar da sede social.**

A sede da instituição localiza-se na Rua Dr. Miguel Pinto Martins, n.º 134 - 4600-090, União de Freguesias de Amarante e concelho de Amarante.

**1.3. Natureza da atividade.**

A Santa Casa da Misericórdia de Amarante é uma instituição sem fins lucrativos que tem como atividades principais o apoio social para idosos com alojamento e a exploração de estabelecimento de Cuidados Continuados Integrados.

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

2.1. *As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo I do referido Decreto, refere-se que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:*

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2. *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3. *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*



Todas as contas do balanço são comparáveis com o período anterior.

### **3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

#### *3.1. Principais políticas contabilísticas:*

##### *a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.*

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e os seguintes princípios:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência na apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação; e
- Informação comparável.

##### *b) Outras políticas contabilísticas.*

###### *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis são constituídos por Terrenos, Edifícios, Viaturas, Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural, Equipamentos Básicos e outros bens dos quais se espera que permitam a prossecução da atividade presente e futura e/ou a realização de rendimentos para a entidade. Estes são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do ativo fixo tangível obtidos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade dos doadores.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

Os custos incorridos relacionados com manutenções, reparações, seguros e impostos sobre ativos são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas aos AFT.

###### *Ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis são mensurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer amortização acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.



As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

#### *Investimentos financeiros*

Os investimentos detidos pela instituição encontram-se mensurados pelo seu justo valor. Tais investimentos incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário da Segurança Social (FRSS) e para o Fundo de Compensação do Trabalho, e a sua detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso normal das operações da entidade. Se existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

#### *Inventários*

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor realizável líquido é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no custo médio ponderado.

#### *Imparidade de ativos*

A entidade realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica “Perdas por imparidade”.

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

#### *Ativos e passivos financeiros*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade, ou ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.



### *Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos*

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

### *Rédito*

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. No caso concreto, não existem situações em que a prestação de serviços transita de um período para outro, não havendo, por isso mesmo, lugar à aplicação da percentagem de acabamento para efeitos de reconhecimento do rédito.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### *c) Principais pressupostos relativos ao futuro.*

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2026. Nestas condições, não têm lugar os riscos referidos em epígrafe, sendo que os riscos identificados na fase de preparação das contas de 2025 já nelas foram incorporados.

Face ao prolongamento dos conflitos militares na Europa e Médio Oriente haverá que reconhecer uma perspetiva de incerteza, quer ao nível dos preços, quer da oferta de bens e serviços essenciais para o normal desempenho da atividade, e conseqüentemente, o seu efeito nas contas da Entidade. Contudo, acreditamos que não se venham a verificar quaisquer impactos relevantes na avaliação da continuidade da nossa entidade.

### *d) Principais fontes de incerteza das estimativas.*

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

### *3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões*



pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não existiram alterações nas políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou em períodos futuros.

3.3. *Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.*

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos no período corrente e/ou em períodos futuros.

3.4. *Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.*

Não foram detetados erros relativos a períodos anteriores materialmente relevantes, pelo que as correções efetuadas foram realizadas com impacto na conta “68812 – Correções relativas a períodos anteriores”.

#### 4. **Ativos fixos tangíveis e bens do património histórico, artístico e cultural**

4.1. *Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:*

a) *Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.*

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

No caso de ativos obtidos por doação e/ou dação em cumprimento, o valor que lhes foi atribuído assenta no respetivo valor de mercado à data da concretização da transferência da propriedade para a entidade.

b) *Métodos de depreciação usados.*

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público	Bens do património histórico, artístico e cultural	Outros ativos fixos tangíveis					
		Bens móveis	Terrenos	Edifícios	Equip. Básico	Equip. de Transporte	Equip. Administ.	Outros At. Fixos Tang.
Vidas úteis				7-50 anos	1-20 anos	4 anos	1 - 10 anos	
Taxas de depreciação				2-14,28%	5-100%	25,00%	10 - 100%	
Métodos de depreciação				Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	

c) *Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.*



*Handwritten signatures and initials:*  
Luis  
Augusto  
Fi

- d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e  
e) Quantia e natureza dos bens de património histórico, artístico e cultural.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Bens do património histórico, artístico e cultural	Outros ativos fixos tangíveis					Ativos fixos tangíveis em curso	Totais		
			Terrenos	Edifícios	Equip. Básico	Equip. De Transporte	Equip. Administ.				
Em 01.01.2024	Quantias brutas escrituradas	123.387,40	2.390.608,89	16.378.881,23	1.365.381,14	320.904,18	593.120,73	6.279.965,29	27.452.248,86		
	Depreciações acumuladas			(5.226.034,95)	(1.224.231,12)	(265.036,93)	(558.686,65)		(7.273.989,65)		
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas	123.387,40	2.390.608,89	11.152.846,28	141.150,02	55.867,25	34.434,08	6.279.965,29	20.178.259,21		
Movimentos do período 2024	Adições	9.104,00		Aquisições	34.312,21	301.817,30	31.938,56	21.573,23	1.086.652,63	1.485.397,93	
	Transferências				(1.870,55)				(1.870,55)		
	Diminuições							(16.537,69)		(16.537,69)	
	Depreciações			Abates			(372.964,46)	(48.274,35)			(421.238,81)
				Aumentos de depreciações					(26.607,07)	(17.464,35)	(44.071,42)
				Desreconhecimento p/ Alienação					16.537,69		16.537,69
Perdas por imparidade											
Reversões de perdas por imparidade											
Quantias líquidas escrituradas	132.491,40	2.390.608,89	16.413.193,44	1.865.327,89	336.305,05	814.693,96	7.266.617,92	28.919.238,55			
Em 31.12.2024 (01.01.2025)	Quantias brutas escrituradas	132.491,40	2.390.608,89	16.413.193,44	1.865.327,89	336.305,05	814.693,96	7.266.617,92	28.919.238,55		
	Depreciações acumuladas			(5.598.999,41)	(1.272.505,47)	(275.106,31)	(576.151,00)		(7.722.762,19)		
	Perdas por imparidade acumuladas										
Quantias líquidas escrituradas	132.491,40	2.390.608,89	10.814.194,03	392.822,42	61.198,74	38.542,96	7.266.617,92	21.196.476,36			
Movimentos do período 2025	Adições			Aquisições	81.297,59	367.164,76	38.203,20	34.128,47	1.102.256,31	1.623.050,33	
	Transferências										
	Depreciações			De ativos tangíveis em curso							
				Aumentos de depreciações			8.394.382,93				(8.394.382,93)
				Transf. de Prop. de Investimento			(435.220,12)	(64.439,07)	(26.607,07)	(16.654,06)	(542.920,32)
				Correções Lançamentos Ant.							
	Perdas por imparidade			Desreconhecimento p/ Alienação							
				Aumentos de perdas por imparidade							
Reversões de perdas por imparidade											
Quantias líquidas escrituradas	132.491,40	2.390.608,89	24.888.873,96	2.032.492,85	374.508,25	648.822,43	74.491,30	30.542.288,88			
Em 31.12.2025	Quantias brutas escrituradas	132.491,40	2.390.608,89	24.888.873,96	2.032.492,85	374.508,25	648.822,43	74.491,30	30.542.288,88		
	Depreciações acumuladas			(6.034.219,53)	(1.336.944,54)	(301.713,38)	(592.805,06)		(8.265.682,51)		
	Perdas por imparidade acumuladas										
Quantias líquidas escrituradas	132.491,40	2.390.608,89	18.854.654,43	695.548,11	72.794,87	56.017,37	74.491,30	22.276.606,37			

4.2. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

- a) A data de eficácia da revalorização;  
b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;  
c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos; e  
d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas		Bens do domínio público	Bens do património histórico, artístico e cultural	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
				Terrenos e Rec. Naturais		
Datas de eficácia das revalorizações				2008; Final Anos 90		
Métodos aplicados na estimativa do justo valor dos itens				Valor Mercado Prop. Rústicas		
31.12.2024	Quantias escrituradas das classes revalorizadas			77.433,88		77.433,88
	Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as classes revalorizadas tivessem continuado a ser mensuradas pelo modelo de custo			30.493,34		30.493,34
	Excedente de revalorização			46.940,54		46.940,54
31.12.2025	Quantias escrituradas das classes revalorizadas			77.433,88		77.433,88
	Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as classes revalorizadas tivessem continuado a ser mensuradas pelo modelo de custo			30.493,34		30.493,34
	Excedente de revalorização			46.940,54		46.940,54



*Handwritten signatures and initials, including 'R. Reis' and 'J'.*

No ano de 2025 não existiram movimentos associados a bens revalorizados, pelo que o valor que transitou do período anterior se mantém.

**5. Ativos intangíveis**

*Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:*

*a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;*

*b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações e as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.*

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Bens do domínio público	Outros ativos intangíveis				
		Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	
Indefinidas	Razões e fatores justificativos						
Finitas	Vidas úteis			3 anos			
	Taxas de amortização			33,33%			
	Métodos de amortização			Linha reta			
	Período de amortização restante			1 anos			

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita			Outros ativos intangíveis		Totais
			Programas de computador		
			Outros		
Em 01.01.2024	Quantias brutas escrituradas		55.227,73	55.227,73	55.227,73
	Amortizações acumuladas		(47.837,78)	(47.837,78)	(47.837,78)
	Perdas por imparidade acumuladas			0,00	0,00
	Quantias líquidas escrituradas		7.389,95	7.389,95	7.389,95
Movimentos do período 2024	Adições	Aquisições em 1.ª mão	711,74	711,74	711,74
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(6.940,86)	(6.940,86)	(6.940,86)
Em 31.12.2024 (01.01.2025)	Quantias brutas escrituradas		55.939,47	55.939,47	55.939,47
	Amortizações acumuladas		(54.778,64)	(54.778,64)	(54.778,64)
	Perdas por imparidade acumuladas		0,00	0,00	0,00
	Quantias líquidas escrituradas		1.160,83	1.160,83	1.160,83
Movimentos do período 2025	Adições	Aquisições em 1.ª mão	0,00	0,00	0,00
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(923,59)	(923,59)	923,59
Em 31.12.2025	Quantias brutas escrituradas		55.939,47	55.939,47	55.939,47
	Amortizações acumuladas		(55.702,23)	(55.702,23)	(55.702,23)
	Perdas por imparidade acumuladas		0,00	0,00	0,00
	Quantias líquidas escrituradas		237,24	237,24	237,24



**6. Locações**

6.1. Para locações financeiras e operacionais, os locatários devem divulgar uma descrição geral dos acordos de locação significativos.

A SCM Amarante não figura em contratos de locação enquanto entidade locatária.

6.2. Descrição geral dos acordos de locação significativos enquanto entidade locadora.

Enquanto entidade locadora a SCM Amarante é outorgante em contratos de arrendamento de bens imóveis com duração variável entre 1 e 20 anos. Em nenhum contrato de arrendamento está prevista a transferência dos riscos e vantagens inerentes à posse dos bens para os locatários/arrendatários. Os ativos sobre os quais recaem estes contratos estão apresentados no ativo da instituição e são constituídos por Terrenos e Edifícios. Os rendimentos provenientes destes contratos são reconhecidos numa base linear durante o prazo estabelecido nos contratos e atualizados conforme contrato ou legislação geral. Os custos com os ativos, que incluem depreciações, são registados no período em que ocorrem. As depreciações destes ativos são calculadas de forma consistente com a generalidade dos ativos da Instituição. No exercício de 2025 o rendimento reconhecido resultante destes contratos ascendeu a 198.887,95€, a título de rendas.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.]*

**7. Inventários**

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Fins industriais ou comerciais	Custo histórico					
		Valor realizável líquido					
		Justo valor menos os custos de vender					
	Fins sociais	Custo histórico		✓			
Custo corrente							
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra		✓			
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais		✓			
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição		✓			
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes		✓			
		Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
	Custos de conversão (produção)	Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
		Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
	Outros custos	Gastos gerais que não sejam industriais					
		Custos de conceção de produtos para clientes específicos					
Técnicas de mensuração do custo	Custos padrão regularmente revistos						
	Outras			✓			
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos						
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)						
	Custeio médio ponderado			✓			



7.2. *Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.*

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2024	Inventários armazenados na entidade		80.278,14	80.278,14				80.278,14
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
Totais			80.278,14	80.278,14				80.278,14
31.12.2025	Inventários armazenados na entidade		79.069,14	79.069,14				79.069,14
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
Totais			79.069,14	79.069,14				79.069,14

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses, por via da sua integração na prestação dos serviços efetuada pela entidade.

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo			2025			2024			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período			80.278,14	80.278,14		97.080,37	97.080,37	
		Compras	Compras	+	810.399,48	810.399,48		734.196,90	734.196,90
			Devoluções de compras	-	(4.064,69)	(4.064,69)		(10.854,18)	(10.854,18)
			Descontos e abatimentos em compras	-	(581,80)	(581,80)		(1.070,15)	(1.070,15)
			= +	805.752,99	805.752,99		722.272,57	722.272,57	
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-	(63.609,55)	(63.609,55)		(10.746,91)	(10.746,91)	
		Perdas em sinistros	-						
		Perdas por quebras	-	(9.332,85)	(9.332,85)				
		Outras perdas	-						
		Ofertas e amostras	-						
		Ganhos em sinistros	+						
	Ganhos por sobras	+							
	Outros ganhos	+							
		= +	(72.942,40)	(72.942,40)		(10.746,91)	(10.746,91)		
	Inventários no fim do período	-	(79.069,14)	(79.069,14)		(80.278,14)	(80.278,14)		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	734.019,59	734.019,59		728.327,89	728.327,89		
Perdas em inventários		+							
Ofertas e amostras de inventários		+							
Perdas por imparidade		+							
Totais		=	734.019,59	734.019,59		728.327,89	728.327,89		

7.3. *Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido*



reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

O valor relativo a “Reclassificações” de inventários engloba a transferência para AFT do valor de aquisição de diverso equipamento de hotelaria, roupas brancas e material de fisioterapia adquirido para vários anos, que, pela sua natureza e montante (63.609,55€), cumpre os requisitos para ser classificado como AFT. A perda por quebras contempla 9.332,85€ relativa a EPI’s que por terem ultrapassado a data de validade e se encontram degradados foram destruídos.

## 8. Rendimentos e Gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2025			Período 2024			
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	
Venda de bens			(100,00%)	4.500,00	0,06%		
Prestação de serviços	Mensalidades de Utentes	1.931.760,28	24,22%	8,57%	1.779.241,38	23,91%	1,11%
	Mensalidades de Descendentes e Familiares	92.581,13	1,16%	(0,35%)	92.906,10	1,25%	(3,40%)
	Centro Distrital da Segurança Social do Porto	2.266.948,11	28,42%	16,87%	1.939.760,64	26,06%	9,14%
	Acordo 200900023202 - Lar Conselheiro	988.979,42	12,40%	17,89%	838.876,32	11,27%	8,12%
	Acordo 200900017428 - Estancia NS Piedade	972.128,75	12,19%	17,25%	829.085,60	11,14%	9,79%
	Acordo 201100031783 - Estancia NS Piedade 2	143.968,10	1,80%	20,69%	119.290,80	1,60%	9,78%
	Acordo 201500049683 - Serviço de Apoio Domiciliário	104.493,84	1,31%	1,36%	103.094,17	1,39%	3,84%
	Contrato Programa Emergência Alimentar - Cantinas SOCIAIS	57.378,00	0,72%	16,12%	49.413,75	0,66%	28,72%
	Quotizações de Irmãos / Associados	3.947,00	0,05%	13,42%	3.480,00	0,05%	21,51%
	Serviços Secundários	131.917,78	1,65%	2,22%	129.056,87	1,73%	7,26%
	Protocolo Psiquiatria - Centro Hospitalar Tamega e Sousa	429.209,60	5,38%	3,29%	415.550,00	5,58%	16,47%
	UCCI Acordo Gestão Particular - Centro Hospitalar Tamega e Sousa	680.867,25	8,54%	5,61%	644.685,60	8,66%	11,71%
	UCCI - Acordo N. M. L. 13.09.0029	1.605.070,73	20,12%	2,02%	1.573.347,29	21,14%	12,13%
	ACSS / ARS Norte	742.050,00	9,30%	1,50%	731.072,37	9,82%	10,79%
	ISS, IP	448.217,04	5,62%	0,18%	447.407,59	6,01%	10,66%
Mensalidades de Utentes	414.803,69	5,20%	5,05%	394.867,33	5,31%	16,47%	
Consultas Externas e Fisioterapia	243.861,69	3,06%	6,70%	228.553,59	3,07%	15,51%	
	7.386.163,57	92,59%	8,52%	6.806.581,47	91,45%	8,19%	
Subsídios, doações e legados à exploração	PT2030 - Programa PESSOAS-FSE+-05238	44.624,73	0,56%	4,12%	42.860,15	0,58%	
	PT2030 - Programa PESSOAS-FSE+-022924	6.629,20	0,08%				
	IEFP	61.952,70	0,78%	(6,94%)	66.572,39	0,89%	55,77%
	Município de Amarante - Projeto V.A.I.	601,68	0,01%				
	Heranças e Legados de Utentes	23.737,09	0,30%	(33,07%)	35.466,58	0,48%	(71,11%)
Doações de Outras Entidades	7.077,87	0,09%	59,57%	4.435,50	0,06%	(82,23%)	
	144.623,27	1,81%	(3,15%)	149.334,62	2,03%	(35,26%)	
Aumentos Justo Valor	825,04	0,01%	923,88%	80,58	0,00%	(96,86%)	
Outros Rendimentos e Ganhos	364.785,56	4,57%	10,41%	330.405,88	4,44%	3,10%	
Reversões Perdas por Imparidade	81,11	0,00%	(85,56%)	561,58	0,01%		
Dividendos	294,45	0,00%	15,87%	254,13	0,00%	(22,96%)	
Juros	80.428,60	1,01%	(46,70%)	150.885,23	2,03%	76,45%	
<b>Totais</b>	<b>7.977.201,60</b>	<b>100%</b>	<b>7,18%</b>	<b>7.442.603,49</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,38%</b>	

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito no período em que a prestação de tais serviços é realizada. Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é consumada



num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação. Realçamos o valor das participações financeiras da Segurança Social nos acordos estabelecidos para as diversas tipologias que atinge 2.266.948,11€ e representa 28,42% do total de rendimentos do período.

## **9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

### *9.1. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.*

A entidade e um terceiro configuram como ré num processo judicial em que se peticiona o pagamento de uma importância de 71.128,96€ a título indemnizatório reclamado por terceiros. Atenta a fase em que o processo se encontra não se afigura provável que essa condenação venha a ser determinada pelo respetivo tribunal em relação à SCM Amarante.

### *9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.*

Correram alguns processos judiciais no âmbito dos quais a entidade reclamava a posse, em propriedade, de vários imóveis. Após recursos a pretensão da SCM Amarante não foi confirmada pelo tribunal. Relativamente a um processo paralelo relativo ao mesmo imóvel em que a SCM Amarante e outras invocam o direito de preferência relativo a uma quota de 5% do imóvel aguarda-se a prolação da sentença para constatar o desfecho do processo. Foi feita uma avaliação dos ativos envolvidos no conjunto dos Processos Judiciais em causa, não sendo, no entanto, possível avaliar qual o valor que poderá resultar destes processos devido às contingências dos imóveis.

## **10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas**

### *10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.*



(valores expressos em euros)

		2025	2024	
		Balço	Balço	
Reconciliação da quantia escriturada dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos Fundos Patrimoniais		Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	
Não reembolsáveis	Saldo Início Período	3.883.106,06	3.076.812,99	
	Adições	Por Acordo Efetuado com Entidade Subsidiária	2.031.981,43	911.724,74
			2.031.981,43	911.724,74
	Reduções	Por Imputação a Rendimentos	134.571,44	99.652,18
		Ajustamento Períodos Anteriores		5.779,49
			134.571,44	105.431,67
Variação Líquida do período		1.897.409,99	806.293,07	
Totais		5.780.516,05	3.883.106,06	

*(Handwritten signatures and initials)*

### 10.2. Principais doadores/fontes de fundos.

Durante o ano de 2025 foram contabilizados três novos subsídios ao investimento decorrentes da assinatura de contratos com as entidades gestoras. Estes subsídios atribuídos ao abrigo do PRR dizem respeito a três investimentos já executados pela Instituição. Uma Unidade de Convalescença (valor atribuído de 1.134.000,00€) cuja licença de funcionamento e contrato programa iniciou vigência em fevereiro de 2026 enquadrada na RNCCI. A requalificação do estabelecimento Estância Nossa Senhora da Piedade, onde está instalada uma resposta ERPI, cujo subsídio atribuído foi de 872.981,43€ e a aquisição de uma viatura elétrica para utilização no serviço SAD e de apoio às respostas sociais da instituição no montante de 25.000,00€. Destacam-se também os legados deixados por utentes da instituição após a sua morte e que não são reclamados pelos seus familiares. Neste domínio, o valor respetivo ascendeu a 23.737,09€.

### 11. Instrumentos financeiros



11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

Principais bases de mensuração dos instrumentos financeiros	Bases de mensuração		
	Custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade	Justo valor através de resultados	Justo valor através de capitais próprios
Clientes e outras contas a receber ou pagar, bem como empréstimos bancários de maturidade e plano de amortização definido	x		
Contas a receber ou a pagar em moeda estrangeira com maturidade e plano de amortização definido			
Investimentos em obrigações não convertíveis			
Instrumentos de dívida perpétua ou obrigações convertíveis			
Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emissor não cumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida			
Empréstimos a subsidiárias ou associadas com maturidade e plano de amortização definido			
Instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável	x		
Investimentos em instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente			
Ativos financeiros ou passivos financeiros classificados como detidos para negociação		x	
Derivados (contrato ou direito a adquirir numa data futura) sobre instrumentos de capital próprio cujo justo valor não possa ser mensurado fiavelmente			
Instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas			
Instrumentos de cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura ou de investimento líquido numa operação estrangeira			

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

a) Cotação de mercado (instrumentos com fácil identificação de mercado líquido e regulamentado).

(valores expressos em euros)

Ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor			31.12.2025			31.12.2024		
			Bases de determinação do justo valor	Cotação de mercado	Quantia escriturada	Bases de determinação do justo valor	Cotação de mercado	Quantia escriturada
Ativos financeiros	Ações	The Navigator Company	Valor de mercado oficialmente publicado	3,14	2.512,00	Valor de mercado oficialmente publicado	3,59	2.872,00
		Pharol, SGPS, S.A.	Valor de mercado oficialmente publicado	0,06	109,24	Valor de mercado oficialmente publicado	0,05	80,46
		NOS SGPS	Valor de mercado oficialmente publicado	4,02	979,66	Valor de mercado oficialmente publicado	3,33	812,52
				7,22	3.600,90		6,97	3.764,98
Passivos financeiros		...		0,00	0,00		0,00	0,00

b) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor encontram-se escriturados na conta 14211- "Ações", ascendendo a 3.600,90€ e respeitam a Ações cotadas na Euro-



next Lisbon (mercado regulamentado). Detém uma participação no capital da Adega Cooperativa de Amarante que ascende a 4.950,00€. A SCM Amarante detém também 30.865,80895 Unidades de Participação resultantes da conversão do Fundo de Compensação do Trabalho cuja valorização ascende a 35.650,01€. As alterações no justo valor desses ativos são refletidas diretamente na Demonstração dos Resultados, e no ano de 2025, a alteração no justo valor dos títulos detidos pela entidade resultou num rendimento de 825,04€ relativo aos investimentos financeiros e numa perda de 164,08€ relativo aos instrumentos financeiros.

*11.3. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor; e*

*11.4. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano, relativas a créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços.*

As dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual pode ser superior a um ano têm origem em créditos resultantes diretamente da prestação dos serviços da entidade e em créditos relativos a valores que a entidade adianta a terceiros para aquisição de bens e serviços essenciais conexos à prestação de serviços que são da responsabilidade dos utentes, mas que por razões alheias à SCM Amarante estes não podem cumprir. Foram registadas neste exercício imparidades no montante de 551,89€ correspondente a dívidas cujos titulares já faleceram e não se perspetiva que os descendentes liquidem a dívida. Não obstante esta perspetiva, serão levadas a cabo mais ações para a tentativa de cobrança destes valores, realçando que foi possível a reversão de uma imparidade relativa a uma dívida de 2024.

No que respeita a valores adiantados pela instituição para pagar despesas por conta dos utentes, o valor no final deste exercício ascende a 2.408,25€.

*11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:*

*- Outras dívidas.*

As dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual pode vir a ser superior a um ano dizem respeito a adiantamentos recebidos sobre prestações de serviços e valores retidos a título de garantia pela boa execução de obras de edificação. As dívidas relacionadas com adiantamentos de utentes ascendem a 96.895,43€ e referem-se a bens imóveis entregues por alguns utentes por conta de serviços a prestar no futuro ou entregas em dinheiro e vale mensal de reforma ou prestações sociais, sendo que, em todos os casos, tais serviços já começaram a ser prestados. Em relação aos valores retidos a título de caução, prevê-se a libertação faseada deste montante num prazo que pode ascender a 3 anos, conforme decorre dos diplomas legais específicos.

## **12. Benefícios dos empregados**

*Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.*



Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

O número dos colaboradores evoluiu de acordo com o verificado no seguinte quadro:

Colaboradores durante o período	Período 2025		Período 2024	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	20	20	20	20
Empregados	263	256	257	251
Cooperantes	43	41	41	42
Voluntários	50	50	50	50

*Honorários respeitantes ao Revisor Oficial de Contas.*

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas relativos a 2025 ascenderam ao montante de 6.360,00 € (mais IVA).

### **13. Acontecimentos após a data do balanço**

*13.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.*

Nada chegou ao conhecimento dos órgãos de administração que deva ser relatado neste ponto.

### **14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

*Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.*

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Código Contributivo, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Também se informa que não existem quaisquer dívidas para com os trabalhadores em situação de mora.

### **15. Outras divulgações**

*Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.*

*15.1. Fluxos de Caixa:*

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto. A empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a curto prazo e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.



15.2. *Comentário da Mesa Administrativa sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:*

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso. Porém, no que se refere aos valores constantes em depósitos a prazo, a sua pronta mobilização implica a perda dos juros vencidos desde a data do último vencimento até à data dessa mobilização, e a ser dada ordem de resgate dos instrumentos financeiros detidos para negociação, estes poderão apresentar um valor diferente pelo qual se encontram registados no balanço da entidade.

A SCM Amarante tem ainda à sua guarda valores dos utentes destinados a pagar as despesas correntes dos utentes com entidades externas cujos serviços estão relacionados com a prestação do serviço (nomeadamente despesas com medicamentos, produtos de higiene e outros bens essenciais, transportes ao exterior e outros serviços). Estes valores encontram-se depositados em conta própria para o efeito e destinam-se exclusivamente a satisfazer aquelas necessidades, sendo que os montantes são entregues aos respetivos titulares sempre que solicitados. A 31/12/2025 o montante destes valores ascendia a 472.633,54€.

15.3. *Comentário da Mesa Administrativa sobre garantias, hipotecas, ónus e outros encargos com ativos*

Não existem garantias prestadas para além das divulgadas no presente anexo para quaisquer bens da entidade. Também não existem hipotecas, ónus ou encargos sobre os ativos da instituição.

15.4. *Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:*

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2025			31.12.2024		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	1.491,84		1.491,84	478,46		478,46
	Subtotais	1.491,84		1.491,84	478,46		478,46
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1.320.251,12		1.320.251,12	1.001.563,99		1.001.563,99
	Outros depósitos bancários	4.253.000,00		4.253.000,00	4.608.000,00		4.608.000,00
	Subtotais	5.573.251,12		5.573.251,12	5.609.563,99		5.609.563,99
Outros equivalentes de caixa	Instr. fin. detidos para negoc.						
	Subtotais						
Totais		5.574.742,96		5.574.742,96	5.610.042,45		5.610.042,45



## 15.5. Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos.

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos		31.12.2025	31.12.2024		
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	Juros de depósitos a prazo	6.577,09	7.707,79	
		Segurança Social	61.161,34	42.360,18	
		Outros Rendimentos - Faturação ARS	63.740,00	59.961,95	
		<b>Totais</b>	<b>131.478,43</b>	<b>110.029,92</b>	
	Acréscimos de gastos	Combustíveis	34.148,21	25.511,87	
		Água	2.509,47	2.813,47	
		Comunicações	1.009,50	854,82	
		Eletricidade	6.766,93	6.737,74	
		Remunerações a liquidar	609.695,17	570.011,08	
		Honorários	1.273,80	4.570,10	
		Outros acréscimos de gastos	4.563,62	1.706,72	
		<b>Totais</b>	<b>659.966,70</b>	<b>612.205,80</b>	
	Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	8.402,33	7.902,35
			Outros gastos a reconhecer	1.200,47	0,00
Rouparia			18.903,44	25.118,70	
...					
		<b>Totais</b>	<b>28.506,24</b>	<b>33.021,05</b>	
Rendimentos a reconhecer		Apoio Financeiro IEPF	0,00	0,00	
		Subsídios exploração - Segurança Social	0,00	0,00	
	Rendas de Imóveis	18.287,36	17.945,54		
	<b>Totais</b>	<b>18.287,36</b>	<b>17.945,54</b>		

## 15.6. Detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos".

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»	31.12.2025			31.12.2024		
	Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento	52,35		52,35	63,36		63,36
Retenção de impostos sobre rendimentos		(31.729,25)	(31.729,25)		(30.796,55)	(30.796,55)
Imposto sobre o valor acrescentado	128.481,28		128.481,28	74.592,23		74.592,23
Outros impostos						
Contribuições para a Segurança Social		(85.251,02)	(85.251,02)		(75.555,32)	(75.555,32)
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações						
<b>Totais</b>	<b>128.533,63</b>	<b>(116.980,27)</b>	<b>11.553,36</b>	<b>74.655,59</b>	<b>(106.351,87)</b>	<b>(31.696,28)</b>



## 15.7. Desdobramento da rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2025	Período 2024
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	110.938,69	118.691,04
	Publicidade e propaganda	1.447,72	104,55
	Vigilância e segurança	15.286,54	4.760,81
	Honorários	356.860,36	381.449,11
	Conservação e reparação	118.849,39	92.665,14
	Outros	14.628,20	21.370,56
Totais		618.010,90	619.041,21
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		67,32
	Livros e documentação técnica	62,75	
	Material de escritório	119,93	16,30
	Artigos para oferta		208,00
	Outros	4.715,81	2.568,59
Totais		4.898,49	2.860,21
Energia e fluidos	Eletricidade	159.257,01	162.315,08
	Combustíveis	199.168,40	154.708,19
	Água	67.454,30	53.456,53
Totais		425.879,71	370.479,80
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	1.465,43	1.031,68
	Totais	1.465,43	1.031,68
Serviços diversos	Rendas e alugueres	3.083,45	2.947,77
	Comunicação	16.471,23	15.991,73
	Seguros	11.405,04	9.641,03
	Contencioso e notariado	839,00	139,36
	Despesas de representação	1.013,88	717,89
	Outros serviços	18.686,14	9.138,09
Totais		51.508,74	38.575,87
Totais		1.101.763,27	1.031.968,77



## 15.8. Desdobramento da rubrica “Gastos com o pessoal”.

(valores expressos em euros)

Gastos com o Pessoal	Período 2025	Período 2024
Remunerações do pessoal	3.001.067,21	2.757.794,15
Indemnizações	1.074,05	(1.610,40)
Encargos sobre remunerações	739.827,79	688.792,66
Seguro de acidentes de trabalho	74.696,41	65.707,04
Gastos de Ação Social		
Outros gastos com o pessoal	946.157,50	863.631,58
Remunerações adicionais	919.507,27	843.699,57
Subsídio de alimentação	293.230,33	263.890,90
Subsídio de férias	273.523,47	274.191,74
Subsídio de Natal	241.464,99	220.925,20
Outras	111.288,48	84.691,73
Outros	26.650,23	19.932,01
<b>Totais</b>	<b>4.762.822,96</b>	<b>4.374.315,03</b>

## 15.9. Desdobramento das rubricas “Outros rendimentos” e “Outros gastos”.

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2025	Período 2024
Rendimentos suplementares	Outros rendimentos suplementares	1.546,12	176,74
	<b>Totais</b>	<b>1.546,12</b>	<b>176,74</b>
Descontos de pronto pagamento obtidos			45,71
Outros rendimentos	Correções relativas a períodos anteriores	49,98	6.144,05
	Imputação de subsídios para investimentos	134.571,44	99.652,18
	Rendas de Imóveis	200.112,95	195.590,47
	Restituição de impostos	12.050,93	6.236,67
	Outros não especificados	16.454,14	22.560,06
	<b>Totais</b>	<b>363.239,44</b>	<b>330.183,43</b>
<b>Totais</b>		<b>364.785,56</b>	<b>330.405,88</b>

(valores expressos em euros)

Outros gastos		Período 2025	Período 2024
Impostos	Taxas	4.860,31	2.701,08
	<b>Totais</b>	<b>4.860,31</b>	<b>2.701,08</b>
Dívidas incobráveis			3.000,00
Perdas em inventários	Outras perdas	9.332,85	
	<b>Totais</b>	<b>9.332,85</b>	
Gastos em investimentos não financeiros	Sinistros		250,00
	<b>Totais</b>		<b>250,00</b>
Outros gastos	Correções relativas a períodos anteriores	55,47	547,27
	Donativos	25,00	
	Quotizações	3.280,00	3.280,00
	Outros não especificados	926,38	6.814,48
	Despesas Bancárias	798,75	902,25
	<b>Totais</b>	<b>5.085,60</b>	<b>11.544,00</b>
<b>Totais</b>		<b>19.278,76</b>	<b>17.495,08</b>



15.10. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Fundos	737.137,20			737.137,20
Excedentes técnicos				
Reservas				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados	16.229.059,72		817.047,23	17.046.106,95
Ajustamentos em ativos financeiros				
Relacionados com o método da equivalência patrimonial				
Outros				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	46.940,54			46.940,54
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	46.940,54			46.940,54
Outros				
Outras variações nos fundos patrimoniais	9.680.114,65	(147.718,80)	2.031.981,43	11.564.377,28
Subsídios	3.883.106,06	(134.571,44)	2.031.981,43	5.780.516,05
Doações	5.797.008,59	(13.147,36)		5.783.861,23
Outras				

Amarante, 16 de fevereiro de 2026

A Mesa Administrativa

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião com reserva**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Amarante** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 31.298.447,33 euros e um total de fundos patrimoniais de 30.209.319,11 euros, incluindo um resultado líquido de 814.757,14 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Amarante**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

**Bases para a opinião com reserva**

Conforme divulgado na nota 15.2 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, a Entidade tem à sua guarda valores dos utentes no montante de 472.633,54 euros, que se encontram depositados no banco em seu nome, sem que estejam refletidos contabilisticamente, pelo que as rubricas “Caixa e Depósitos Bancários” do ativo e “Outras contas a pagar” do passivo se encontram subavaliadas nesse montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

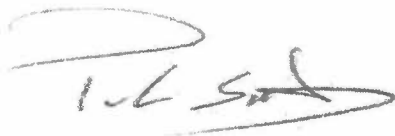
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

##### **Sobre o relatório de atividades**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 9 de março de 2026



**KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA.**  
Representada por: Pedro Morais dos Santos